

P  
400/800  
A/2  
ex 2

ISSN 0104-1886

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS  
CADERNOS DO I. L.  
Nº 12  
DEZEMBRO DE 1994

UFRGS  
BIBLIOTECA SETORIAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES

Através de sua análise, revimos noções já incorporadas à teoria do conto, originadas no pensamento de Edgar Allan Poe e desenvolvidas no início do século por teóricos americanos da short-story, pelos formalistas russos e, mais recentemente, por autores irlandeses, norte e latino-americanos. A observação dessas questões no *corpus* estudado levou-nos a estabelecer uma divisão em contos de estrutura tradicional e de ruptura.

O quarto capítulo é aquele em que o conto rio-grandense atuou como fonte de reflexão teórica, já que a sua leitura levou-nos à definição de uma categoria literária que designamos "consciência narrativa", como um elemento conceitual ligado às relações entre a instância narrativa e a construção do universo ficcional. Para chegarmos à definição desse conceito, guiamo-nos por muitos dos pressupostos da atual ciência da Narratologia, sobretudo aqueles referentes ao ponto de vista, à voz narrativa e aos implicados na relação autor/narrador, e cujas origens modernas situam-se nas idéias de Henry James sobre a narrativa ficcional. A partir da definição da categoria "consciência narrativa", procedemos à leitura de contos exemplares, identificando oito diferentes tipos, correspondendo aos modos de realização que o *corpus* analisado permitiu.

O quinto e último capítulo procura mostrar que a geração de contistas gaúchos da década de 70 produziu um tipo de literatura afinada com a do restante do país, evidenciando, com isso, um sentido geral de integração, ensejado não só pelas circunstâncias históricas do período ditatorial, mas também por influência de um ideal disseminado de união latino-americana propagado nesse período.

A realização deste trabalho nos permitiu não só avaliar de forma global a própria evolução histórica do conto no Rio Grande, mas também estabelecer padrões de identidade que possibilitem o seu relacionamento com a situação do gênero no país.

## DETERMINAÇÃO E INDETERMINAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE UM DISCURSO AUTORITÁRIO

FREDA INDURSKY\*

Este resumo apresenta dois funcionamentos discursivos característicos do discurso presidencial da República Militar Brasileira (1964-1984) que foram objeto de análise e teorização em minha tese de doutorado, intitulada *A fala dos quartéis e as outras vozes*, realizada no Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, sob a orientação da professora Dra. Eni Orlandi. Essa investigação inscreve-se no quadro teórico da Análise do Discurso.

Analisando seu funcionamento discursivo, percebi tratar-se de um *discurso não-homogêneo*, cujas propriedades discursivas produzem a *ilusão de sua homogeneidade*. Constatei que a *determinação discursiva* é responsável pelo efeito de "fechamento" desse discurso, isolando-o ilusoriamente de outros espaços discursivos e assim construindo sua *homogeneidade imaginária*.

Entretanto, a análise mostrou-me que sua heterogeneidade está estreitamente vinculada ao *trabalho discursivo de construção da indeterminação*.

Recorto, a seguir, alguns pontos de ancoragem dos trabalhos de construção da *determinação e da indeterminação discursivas*, bem como de sua imbricação nesse discurso.

O processo de *determinação discursiva* realiza o trabalho de construção das *fronteiras imaginárias* desse discurso, determinando o que *pode/deve ser dito*, excluindo o que *não pode ser dito* e, ainda, *recalcando o que pode*, mas *convém que não seja dito* nesse espaço discursivo.

O "fechamento" desse espaço discursivo deriva de uma *prática em três níveis*. No primeiro, a *determinação intradiscursiva* é produzida no

\* Profa. do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas.

*fio discursivo*, especificando discursivamente um item lexical para que ele possa participar coerentemente de um discurso inscrito em uma determinada formação discursiva. Essa determinação é produzida pela *saturação* do item lexical por um *determinante discursivo* - um adjetivo ou um sintagma preposicional - de modo que o *dito*, ao ser determinado, estabelece o *limite do dizer*. O determinante discursivo, portanto, promove a *identificação* do dito com o domínio de saber em que este se inscreve, fixando sua *compreensão* pretendida, ao identificá-la com o saber da formação discursiva em que esse discurso se inscreve.

No *segundo nível*, a determinação desloca-se da ocorrência singular, passível de observação no fio do discurso, para o *processo discursivo* onde se encontram *dispersas e menos visíveis as sucessivas saturações* que incidiram sobre um mesmo item lexical, no âmbito do mesmo espaço discursivo. Trata-se da *determinação interseqüencial* que constrói discursivamente a extensão do sentido do referido item lexical no discurso em análise.

O *terceiro nível* desse processo constitui-se da *determinação interdiscursiva*. Nele, o determinante discursivo remete *ao que pode, mas convém não ser dito* no domínio de saber em que se inscreve o discurso em análise, permanecendo, por essa razão, *recalcado no interdiscurso* específico dessa formação discursiva. Assim, a determinação interdiscursiva caracteriza-se por sua *invisibilidade* e funciona como *vestígio* de discurso silenciado.

Examinando os três níveis constitutivos do processo de determinação discursiva, percebe-se que ele vai do visível ao invisível, em um movimento em espiral, do primeiro ao terceiro nível de determinação, passando ciclicamente do fio do discurso ao processo discursivo e deste ao interdiscurso. A cada novo ciclo, o movimento conduz da não-saturação à saturação. Ou seja, cada determinação já comporta em si a inscrição lacunar de outra indeterminação.

O *trabalho discursivo* dessas sucessivas determinações, que chamo de *sobredeterminação discursiva*, destina-se a fechar o espaço discursivo em análise.

Por outro lado, a negação representa um dos pontos de ruptura da pretendida homogeneidade imaginária desse espaço discursivo. Minhas investigações evidenciaram três diferentes *funcionamentos da negação* nesse discurso: a *negação externa*, a *negação interna* e a *negação mista*. A primeira incide sobre o discurso-outro, inscrito em uma formação discursiva antagônica. A segunda tem por escopo o discurso-outro afetado pela mesma formação discursiva. A terceira mobiliza a um só tempo essas duas modalidades da negação. Para os propósitos do presente trabalho, entretanto, interessa apenas a modalidade da *negação externa*.

Esse funcionamento da negação incide sobre o *que não pode ser dito* no âmbito da formação discursiva em que está inscrito o discurso. Seu escopo é o discurso não-revolucionário, afetado por uma formação discursiva adversa. Através dela, o discurso presidencial estabelece uma relação polêmica com o discurso-outro. Ou seja, através da *negação externa*, o discurso-outro transforma-se em não-dito que é negado pelo discurso presidencial e a esse título é incorporado mas, paradoxalmente, torna-se intangível de modo direto em sua materialidade discursiva. Esse jogo de "não-estar-estando" aponta para uma das modalidades pelas quais é possível acessar a *heterogeneidade não-marcada* desse discurso: a *negação* funciona como *indício* da presença de um *preconstruído* no discurso. Ao mesmo tempo, a exterioridade, por ser implicada, aponta para o *trabalho discursivo de construção da indeterminação* do discurso-outro. Trata-se do efeito de uma *ausência visível*.

Assim, da mesma forma que a *construção da determinação* já contém em si o vestígio da indeterminação, a indeterminação do discurso-outro funciona no sentido de reforçar o efeito de homogeneidade do discurso presidencial.

Dito de outra forma: ao transformar o discurso-outro em um não-dito que é negado, essa exterioridade, ao mesmo tempo que é incorporada, delimita esses dois domínios de saber. Ou seja, a indeterminação contém em si mesma o funcionamento da determinação: determina o que não pode ser dito, o que deve ser refutado. Esse é o duplo efeito de sentido do funcionamento discursivo da negação externa: incorporar para refutar.

Contrapõem-se, assim, como propriedades do discurso presidencial, homogeneidade e heterogeneidade através da construção discursiva da determinação do discurso presidencial e do trabalho discursivo de indeterminação do discurso do outro. Tais propriedades encontram-se estreitamente imbricadas nesse discurso, delas resultando, no fluxo-refluxo que vai da determinação à indeterminação e desta para aquela, o efeito de homogeneidade imaginária que perpassa esse espaço discursivo.

Do imbricamento das propriedades acima expostas, resulta o funcionamento de um discurso autoritário que indetermina cuidadosamente as marcas de sua exterioridade constitutiva, simulando o efeito de palavra única. Produz-se desse modo o efeito de sentido de monologismo, característico do discurso autoritário ora em pauta.

## A VELARIZAÇÃO E A VOCALIZAÇÃO DA LATERAL PÓS-VOCÁLICA

Laura Rosane Quednau\*

O presente trabalho visou a estudar o fenômeno da variação da lateral pós-vocálica em quatro comunidades sociolinguísticas diferenciadas do extremo sul do país. Este estudo processou-se sob a perspectiva de três teorias: conforme a Teoria da Variação; conforme a Teoria da Geometria dos Traços; conforme a Fonologia Lexical.

### 1. Conforme a Teoria da Variação

O fonema /l/, em posição pré-vocálica (como em *lado, sala, lua*), realiza-se como alveolar ([l]); em posição pós-vocálica, como velar ([ɫ]) ou vocalizado ([w]). É o que se chama *distribuição complementar*. Essa mudança  $ɫ \sim w$  é considerada uma regra variável conforme os pressupostos da Teoria da Variação, pois é condicionada por variáveis linguísticas e extralinguísticas.

As variáveis que exercem um papel importante na regra foram classificadas pelo programa computacional utilizado nessa pesquisa na seguinte hierarquia descendente: *grupo étnico, acento, posição da lateral, contexto fonológico seguinte, contexto fonológico precedente e sexo*. As variáveis *faixa etária* e *sândi* não foram selecionadas pelo programa por não serem relevantes na aplicação da regra em estudo.

Em relação à variável *grupo étnico*, a que mais se sobressai, os resultados estatísticos e probabilísticos comprovaram que os metropolitanos são os que mais aplicam a regra de vocalização da lateral pós-vocálica. Os fronteiriços vêm em segundo lugar, mas com valores muito baixos. São seguidos pelos italianos e alemães, com valores bastante próximos. Pode-se inferir, a partir da preferência dos metropolitanos pela vocalização da lateral pós-vocálica, que a regra em estudo é telescópica por iniciar na metrópole. Essa mudança  $ɫ > w$  faz que estágios intermediários, como o [l<sup>w</sup>] velar e labializado, desapareçam em

\* Profa. do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas.